

Governo busca soluções

por Eduardo Hollanda
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Nas demais cidades satélites, de classe média e classe média baixa (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará e Cruzeiro), a taxa de desemprego também é menor do que a verificada entre os mais pobres, ficando em 14,8%. Tanto em Brasília quanto nessas cidade houve até redução de 0,1 ponto percentual no desemprego de agosto para setembro. Já na área mais pobre houve aumento de 0,6 ponto percentual, fazendo o acumulado desde fevereiro deste ano chegar a 3,2 pontos percentuais no aumento do desemprego.

O projeto mais antigo tramita desde novembro de 1991, sendo de autoria dos deputados Agnelo Queiroz (PC do B), Aroldo Satake (PTR), Cláudio Monteiro (PDT) e Jorge Cauhy (PL).

Ele prevê tratamento diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas, nos campos administrativos fiscal, creditício e desenvolvimento empresarial. Na prática, os deputados propõem isenção ou redução no pagamento do ICMS, simplificação na escrita e registro das empresas e linhas de crédito especiais.

Apresentado em março deste ano, por Cláudio Monteiro, Aroldo Satake e Agnelo Queiroz outro projeto propõe a criação do Pólo de Confeção do Distrito Federal. O pólo, junto da cidade satélite do Guará, se destinaria a atrair micro e pequenos empresários hoje operando em indústrias de fundo de quintal. Os autores do projeto têm em mente criar no Distrito Federal um pólo não apenas produtor, no estilo de Juiz de Fora e Ibitinga,

mas capaz de atrair grandes eventos do setor da moda e da indústria têxtil nacional e internacional.

O projeto mais recente, de Carlos Alberto, foi apresentado na Câmara neste segundo semestre. Ele cria um pequeno distrito industrial, entre Taguatinga e Samambaia, visando atrair todo o tipo de indústria ou oficinas de fundo de quintal, já existentes nas duas cidades satélites.

Todos esses projetos, se vierem a ser aprovados, passarão a ter maior viabilidade depois da aprova-

ção, em julho, pela Câmara Distrital, do Prodecon. Além de estabelecer um planejamento global, determinando pólos de desenvolvimento, o Prodecon se destaca especialmente nos estímulos e incentivos criados para a instalação e modernização de indústrias no Distrito Federal.

No que se refere aos custos dos terrenos, o Prodecon inova, ao vincular o preço efetivo a ser pago com o tempo utilizado para a instalação e entrada em produção das indústrias. Assim, dentro de um prazo máximo de 60 meses para a

conclusão da implantação de uma indústria, o empresário terá 60% de desconto no preço do terreno se terminar a fábrica em até 24 meses. Se a conclusão ocorrer em até 36 meses, o desconto será de 40% no preço.

Para as micro e pequenas empresas, o prazo para a implantação dos projetos é menor, 48 meses. Mas o desconto para quem o fizer em até 12 meses sobe para 80%, enquanto quem colocar suas empresas funcionando em até 24 meses, terá 60% de desconto. Há ainda uma carência de 12 me-

ses para o início dos pagamentos. Além dessas vantagens no preço, o Prodecon prevê ainda isenção de IPTU durante a fase de implantação e mais cinco anos (máximo de dez anos); empréstimo de até 70% do ICMS recolhido, entregue em 60 parcelas mensais. O pagamento desse empréstimo começará no 61º mês, também em 60 prestações. Por ser o único dos projetos apresentado após o Prodecon, o do distrito industrial de Taguatinga já prevê o uso de todas as cláusulas cabíveis do Prodecon. Nos outros dois, emendas já foram apresentadas, buscando os mesmos benefícios.

